



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Estado implanta piso

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 24/5/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 24/05/11
Assunto: Estado implanta piso		Página: 03

Estado implanta PISO

Magistério. Medida Provisória ignora negociação com professores

ALINE REBEQUI E EMANUELLE GOMES

redacao@noticiasdodia.com.br

@ND_ONLINE

FLORIANÓPOLIS — Apesar da decisão do governo do Estado, que fixou aumento de salário por meio de medida provisória, os professores estaduais continuam revoltados com a posição do Executivo diante da implantação do piso nacional e prometem permanecer em greve por tempo indeterminado. Em reunião realizada na manhã de ontem com o secretário de Estado da Educação, Marco Tebaldi, a negociação não avançou e os representantes do Sinte/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) se mostraram insatisfeitos com a proposta, que se mantém desde 11 de maio.

O problema apontado pela classe trabalhadora é que, da forma em que foi editada, a lei beneficia somente 53% da classe, cerca de 35 mil professores. “Para atender aqueles que ficaram fora precisamos de mais tempo para negociar e encontrar fontes de recursos. Hoje, o que podemos fazer é isso”, diz o secretário Tebaldi.

A coordenadora estadual do Sinte/SC, Alvete Bedin, classificou a proposta apresentada como o maior desrespeito que a educação já recebeu. “A greve continua mais forte do que antes. É um absurdo que professores com magistério ganhem o mesmo do que professores com pós-graduação. Eles acharam a nossa tabela, o governo não quis negociar, apenas anunciou o que será feito agora”, disse.

O comando de luta do Sinte buscará apoio dos deputados, enquanto a medida provisória tramita na Assembleia Legislativa. “Agora vamos para a Assembleia tentar barrar esta aprovação. Vamos conversar para que eles não aprovem a medida”, diz Alvete.

“
Hoje, o que
podemos
fazer é
isso.”

MARCO TEBALDI,
SECRETÁRIO
DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO

Greve
pode se manter.
Hoje, as regionais do
Sinte fazem assembleias
para decidir os próximos
passos e avaliar a decisão
do governo, que, segundo
coordenadora da
entidade, não será
aceita

Pinho assina o novo salário por meio de MP

O governador em exercício Eduardo Pinho Moreira (PMDB) assinou ontem uma MP (Medida Provisória) que fixa o piso nacional do magistério em R\$ 1.187. Segundo a assessoria da Secretaria da Educação, a assinatura beneficia 35 mil professores, entre ativos, inativos e ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) que recebem menos que isso. A MP, que fixa os vencimentos para os cargos de carreiras com regime de 40 horas semanais, entrou ontem na Assembleia Legislativa. Com ela, os novos salários valem já para o mês de maio. Há prazo de 60 dias para a MP ser convertida em lei.

O valor do piso nacional do magistério passa ser utilizado como parâmetro para fixação do vencimento básico, mas para os profissionais cujo vencimento básico já era igual ou maior que o piso nacional a norma não introduz alteração.

Segundo nota encaminhada à imprensa pela secretaria Estadual de Educação, “a recomposição de valores para faixas que ganham mais será retomada com o fim da greve”. A nota afirma ainda que nenhum professor em sala de aula da rede estadual de ensino ganhará menos que R\$ 1.683 (considerando os acréscimos de regência e prêmio, e desconsiderando o vale alimentação).

O Sinte/SC espera agora uma nova reunião com a secretaria de educação para apresentação de proposta dos professores. (João Meassi)



ENCAMINHAMENTO
Luta pelo piso nacional ganha nova etapa

Como se deu o aumento encaminhado pelo governo

Habilitação	Nível	A	B	C	D	E	F	G
Magistério de 2º Grau	1	R\$ 1.187,00						
	2	R\$ 1.187,00						
	3	R\$ 1.187,00						
Licenciatura de 1º Grau	4	R\$ 1.187,00						
	5	R\$ 1.187,00						
	6	R\$ 1.187,00						
Licenciatura plena	7	R\$ 1.187,00						
	8	R\$ 1.187,00	R\$ 1.187,00	R\$ 1.187,00	R\$ 1.187,00	R\$ 1.200,86	R\$ 1.233,88	R\$ 1.267,81
	9	R\$ 1.187,00	R\$ 1.200,86	R\$ 1.233,88	R\$ 1.267,81	R\$ 1.302,68	R\$ 1.338,50	R\$ 1.375,31
Pós-Graduação	10	R\$ 1.267,81	R\$ 1.302,68	R\$ 1.338,50	R\$ 1.375,31	R\$ 1.413,13	R\$ 1.451,99	R\$ 1.491,92
	11	R\$ 1.375,31	R\$ 1.302,68	R\$ 1.338,50	R\$ 1.375,31	R\$ 1.431,13	R\$ 1.451,99	R\$ 1.491,92
	12	R\$ 1.491,92	R\$ 1.532,95	R\$ 1.575,10	R\$ 1.618,42	R\$ 1.662,93	R\$ 1.708,66	R\$ 1.755,64

Os professores que recebiam menos que o piso instituído pelo MEC passaram a ganhar R\$ 1.187,00. Antes o piso era R\$ 609,46

O que já recebiam mais que o piso (como pós-graduados), não receberam aumento além da casa dos centavos

Apesar de aumentar o salário de 53% da categoria, o governo criou distorções nos vencimentos, como os exemplos ao lado:

R\$ 1.861,80 passa a ser o salário do professor com formação de magistério (2º Grau) que atua nos anos iniciais

R\$ 1.784,76 passa a ser o salário do professor com pós-graduação que atua nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio

estipula o piso nacional do magistério para R\$ 1.187.

- Cinco estados, entre eles Santa Catarina, entraram com uma ação questionando a constitucionalidade da lei. Em abril deste ano, o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional e obrigou os estados a cumprir a determinação.
- Para pressionar o governo a incluir o piso na tabela salarial de toda a classe desde o magistério até pós-graduação, o Sinte/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) iniciou a greve no dia 18 de maio. Segundo o sindicato, na última sexta-feira 95% dos docentes pararam, mas o Estado admite percentual menor.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 24/5/11
Assunto: Greve do Magistério – Piso de R\$ 1.187 é rejeitado		Página: 22

GREVE DO MAGISTÉRIO

Piso de R\$ 1.187 é rejeitado

Sinte diz que a proposta do governo é um "achamento" nos salários e mantém a paralisação

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo do Estado vai pagar o piso nacional do magistério, de R\$ 1.187, para os professores que ainda não recebiam isso no salário-base, além do pagamento dos abonos. A proposta, apresentada ontem em audiência, foi rejeitada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), por não acompanhar a progressão na carreira (do ensino médio à pós-graduação). Mesmo sem acordo, a medida provisória (MP) com o texto da mudança foi assinada, ontem, pelo governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira.

Novo valor do salário-base beneficia cerca de 35 mil docentes, 53% da rede estadual. Com a mudança, um professor de nível médio, que ganhava R\$ 609 de salário-base, passa a ganhar R\$ 1.187, com a manutenção do Prêmio Educar (R\$ 200) e da regência de classe (40% ou 25% sobre o salário). Já para um professor pós-graduado, nada muda, porque o salário-base dele era acima do piso. A diferença salarial inicial entre um professor com ensino médio e um com doutorado passa a ser de R\$ 305. Antes era de R\$ 883.

Em percentuais, o salário inicial do profissional com doutorado era 145% maior do que aquele com ensino médio. Agora, a diferença cai para 25,6%.

A coordenadora do Sinte, Alvet Bedin, definiu a proposta como uma afronta, por não respeitar a progressão na carreira e o tempo de serviço,

uma reivindicação dos professores. Ela não será encaminhada para votação em assembleia estadual. Com isso, a greve do magistério segue por tempo indeterminado.

– Para nós, não houve proposta, houve um achatamento na nossa tabela. Desestimula qualquer professor a buscar formação e qualificação – ressaltou a coordenadora.

O reajuste representa R\$ 14 milhões de gasto a mais por mês, cerca de R\$ 140,5 milhões em 2011.

O secretário de Educação, Marco Tebaldi, argumentou que a proposta está dentro do que o governo tem condições de pagar. Ele ainda disse que poderá discutir com o Sinte a questão da carreira, assim que os professores voltarem a dar aula.

Concentrados em frente à sede da Secretaria de Estado da Educação (SED), onde foi realizada a audiência,

professores demonstraram indignação com a proposta apresentada.

– Achei ridículo! Como um professor pós-graduado vai ganhar o mesmo que um professor que só tem ensino médio? O governo quer nivelar todo mundo – protestou Marlene Spricigo, docente há 22 anos.

Assistente pedagógica há seis anos, Denise Scheid considerou a proposta de ontem um desrespeito:

– A gente sabia que a proposta não seria aquilo que a gente queria, mas não imaginávamos que seria tão desrespeitosa – afirmou.

Protestos seguem em outras cidades de SC

Cerca de 200 professores da rede estadual fizeram uma manifestação em Joaçaba, no Meio-Oeste catarinense, por mais uma tentativa de acordo sa-

larial entre a categoria e o Estado.

Na região, quase 8 mil alunos estão sendo afetados pela greve. Nos 13 municípios de abrangência da Gerência Regional de Educação (Gered), professores de 21 escolas estão em greve parcial ou total. A passeata começou na Praça da Catedral. Os professores seguiram até a Gered, onde entregaram uma pauta de reivindicações à gerente de Educação. Além do piso nacional, eles querem outras melhorias. O plano de cargos e salários é uma delas, segundo a diretora executiva do Sinte em Joaçaba, Lourdes Tersch.

Em Blumenau, os professores do Vale do Itajaí voltam a se reunir hoje, às 14h, no Colégio Pedro II, para ouvir o resultado das negociações com o governo. Na sequência da assembleia, está programada uma passeata.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 24/5/11
Assunto: Greve do Magistério – Piso de R\$ 1.187 é rejeitado		Página: 22

Medida vale desde ontem

A medida provisória (MP) contendo o texto da mudança foi publicada ontem e está valendo. A partir da folha de maio, os 35 mil professores já recebem o salário reajustado. Mas o Sinte vai pedir apoio aos deputados para que não aceitem a MP.

A partir da publicação, a medida, antes de virar lei, tem validade por 60 dias, que podem ser prorrogados por mais 60, caso o governo julgue necessário. Enquanto isso, a MP tramita na Assembleia Legislativa para virar lei. A coordenadora do Sinte, Alvet Bedin, informou que eles também irão solicitar um novo encontro com o governo:

– Queremos apresentar a nossa proposta, que é cumprimento do piso, na carreira, aceitando que se incorpore o Prêmio Educar. Foi o governo que se fechou para um diálogo, e não a gente.

Ela ainda informou que o departamento jurídico do Sinte está analisando a MP para ver se cabe ação na Justiça. Para a coordenadora, a posição do governo não dividiu os grevistas.

– O Estado foi incisivo em falar que não estava negociando, e sim apresentando uma proposta. Isso deixou todos ainda mais revoltados – ressaltou.

O secretário da Educação, Marco Tebaldi, explicou que agora é preciso esperar a publicação do acórdão – texto que traz na íntegra a decisão do Supremo Tribunal Federal – para ver o que ainda é possível fazer, como incorporar ao salário-base o Prêmio Educar e a regência de classe.

– Talvez tenhamos condições de buscar alternativas com a publicação do acórdão – ressaltou Tebaldi.

O governo emitiu um comunicado, ontem, afirmando que cumpriu a lei nacional do piso e pedindo que “os professores em greve retomem imediatamente as aulas”.

TABELA SALARIAL BASE	Níveis	Como a lei	A proposta do governo
Magistério de 2º grau	1	609,46	1.187,00
	2	661,14	1.187,00
	3	717,19	1.187,00
Licenciatura de 1º grau	4	779,01	1.187,00
	5	843,99	1.187,00
	6	915,56	1.187,00
Licenciatura plena	7	993,20	1.187,00
	8	1.077,42	1.187,00
	9	1.168,76	1.187,00
Res-graduação	10	1.267,90	1.267,91
	11	1.375,41	1.375,51
	12	1.492,05	1.491,92

EDA?

Por que o governo não quer pagar o piso do magistério? Pagar até paga, porém sem a escala.

Gilberto Dominicó

O governo defende que já pagava o piso, usando a fórmula: salário-base + Prêmio Educar + regência de classe = valor do piso. A lei federal, aprovada em 2008, considera como piso apenas o salário-base. O Estado entrou com uma ação contra esta interpretação, mas perdeu no STF. Ontem, o governo editou MP que determina que o valor do piso será passado para o salário-base de todos que ganham menos do que R\$ 1.187. Os professores seguem em greve e dizem que a nova proposta não serve porque achata os salários.

Mande sua pergunta para www.diario.com.br/edal. Ela poderá ser respondida pelos jornalistas do DC.

Já apresentado

- **Em 10 de maio**, o Estado disse que pagaria R\$ 1.187 para os 8.880 professores que ainda não recebiam este valor, mesmo quando ao salário-base eram somados o Prêmio Educar e a regência de classe.
- **Em 17 de maio**, numa audiência, o governo expôs que não teria como pagar o piso (R\$ 1.187), repassando o valor do reajuste para a toda carreira. Caso fizesse isso, teria um gasto de R\$ 100 milhões por mês (R\$ 1,3 bilhão por ano), o que, segundo o governo, poderia levar o Estado a ultrapassar o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 24/05/11
Assunto: Sinte rejeita proposta		Página: 13

Sinte rejeita proposta

Governo vai pagar piso nacional sem somar os abonos para parte da categoria

O governo do Estado vai pagar o piso nacional do magistério, de R\$ 1.187, para os professores que ainda não recebiam esse valor como salário-base, mantendo o pagamento dos abonos. A proposta, apresentada ontem, em audiência, foi rejeitada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), por não acompanhar a progressão na carreira (do

ensino médio à pós-graduação). O Sinte diz que a greve continua.

Mesmo sem acordo, a medida provisória com o texto da mudança foi assinada, ontem, pelo governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira.

O novo valor do salário-base beneficia cerca de 35 mil docentes, 53% da rede estadual. Com a mudança, um professor de nível médio, que ganhava R\$ 609 de salário-base, passa a ganhar R\$ 1.187, com a manutenção do Prêmio Educar (R\$ 200) e da regência de classe (40% ou 25% sobre o salário). Já para um professor pós-graduado nada muda, porque o salário-base dele é acima do piso.

A diferença salarial inicial entre um professor com ensino médio e um com doutorado passa a ser de R\$ 305. Hoje, é de R\$ 883. Em percentuais, o salário do profissional com doutorado era 145% maior que daquele com ensino médio. Agora, a diferença cai para 25,6%.

O reajuste representa R\$ 14 milhões de gastos a mais por mês, cerca de R\$ 140,5 milhões em 2011. O secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi, argumentou que a proposta está dentro do que o governo tem condições de pagar. Ele ainda disse que poderá discutir com o Sinte a questão da carreira assim que os professores voltarem a dar aula.

O que já foi dito

- Em 10 de maio, o Estado disse que pagaria R\$ 1.187 para os 8.880 professores que ainda não recebiam isso, mesmo quando ao salário-base eram somados o Prêmio Educar e a regência de classe.
- Em 17 de maio, numa audiência, o governo expôs que não teria como pagar o piso (R\$ 1.187), repassando o valor do reajuste para toda a carreira. Se fizesse isso, teria um gasto de R\$ 100 milhões por mês (R\$ 1,3 bilhão por ano), o que, segundo o governo, poderia levar o Estado a ultrapassar o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Claudio Prisco	Data: 24/05/11
Assunto: Magistério: A cartada do Governo		Página: 17

MAGISTÉRIO: A CARTADA DO GOVERNO

Intervenção cirúrgica do governo estadual ao aplicar o piso salarial apenas às carreiras iniciais, beneficiando mais de 35 mil professores, o que abrange mais de 50% do magistério. A medida provisória encaminhada ontem à AL aposta todas as fichas na divisão da categoria, em greve desde a semana passada.

Como o ganho salarial da maioria dos professores estaduais se aproximará dos 100%, é bem provável que já a partir de hoje a mobilização perca consistência, por mais que os líderes sindicais estejam empenhados na preservação da paralisação. Os sindicalistas não abrem mão da defesa da carreira, mas o Centro Administrativo alega que a folha da Educação praticamente dobraria, quebrando o Estado.

Com nenhum professor percebendo menos de R\$ 1.683,75 (piso de R\$ 1.187,00, mais regência de classe e Prêmio Educar) já a partir de maio, o governo pode estar imobilizando o Sinte, especialmente se a base aliada na Assembleia, amplamente majoritária, respaldar a MP.

Com a proposta salarial comprometendo pouco menos de R\$ 15 milhões, os parlamentares ficariam com margem para suas reivindicações regionais, a começar pelas emendas. Cristalino acordo político. A operação governamental só terá efeito desastroso se eventualmente o movimento grevista não perder terreno. Aí, o tiro poderia sair pela culatra, mergulhando a administração estadual em delicada crise antes mesmo de completar seu quinto mês.

Manobra arriscada do governo, mas parece que bem calculada, até porque já ontem a base de adesão dos professores à greve foi menor do que na sexta-feira passada.

Em conversas informais com o interino Eduardo Moreira e alguns colaboradores de primeiro escalão, o governador manifestou sua expectativa de que a greve dos professores já possa ter terminado quando desembarcar no Estado, na sexta-feira. A paralisação no magistério foi desfiada quando Raimundo Colombo já se encontrava no exterior. Nos últimos governos em Santa Catarina, nenhum movimento do gênero foi desencadeado no primeiro semestre.



CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 24/05/11
Assunto: Não deu certo		Página: 02

Não deu certo

O governo Raimundo Colombo está utilizando a mesma estratégia que foi usada pelo governo Luiz Henrique diante de uma greve do magistério. A tabela que apresentou, beneficiando os ACTs e não atendendo as demais faixas salariais, sob o argumento de que aguarda o acórdão do STF, revela uma estratégia de esvaziamento da paralisação. O piso será pago aos professores que ainda não recebiam salário base e sem somar os abonos. Isso significa que não será acompanhada a progressão da carreira que vai do ensino médio a pós-graduação. A direção do Sinte saiu da reunião indignada e sentindo-se desrespeitada. O secretário da Educação, Marco Tebaldi, afirmou que essa tabela estava sendo encaminhada em forma de medida provisória à Assembleia Legislativa e o retorno das conversas somente depois de encerrada a greve. Endureceu. A MP já foi assinada pelo governador em exercício Eduardo Pinho Moreira. Não foi acatado, segundo o comando da greve, o que determina a lei do piso, rompendo com qualquer perspectiva de avanço nas negociações.

CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 24/05/11
Assunto: Interessante		Página: 02

INTERESSANTE

Os reajustes propostos de governo se concentram em professores iniciantes. Não deixa de ser justo, mas isso significa uma falta de reconhecimento aos mais experientes e mesmo aqueles com cursos de pós-graduação? O aprofundamento teórico não está sendo considerado em termos de remuneração compatível. Os alunos não perdem com isso? Questionamentos que merecem respostas dos governantes...



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 24/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Proposta frustrante

Seu nome, Aline. Sua escola, a Estadual Irmã Maria Tereza. Adolescente loira, olhos avermelhados, num rosto meigo carregado de esperanças. No meio dos professores postados frente ao prédio da Secretaria da Educação, ela também esperava a proposta conciliadora do fim da greve. A expectativa virou suspense, beirando a tensão. O movimento do magistério teria duas opções: ou o governo pagava o piso salarial sobre toda a carreira e eles iriam celebrar; ou a anunciada medida provisória vinha capenga, abrangendo apenas parte dos professores, e a greve iria continuar. Deu o pior. Solidária, a jovem aluna explicava sua decepção. Queria melhores salários para seus professores, desejava retornar à sala de aula, acalentava muitos sonhos com seus colegas. Tinha vindo para ouvir a boa nova e recebera um balde de água fria.

O sentimento dos professores ali presentes era refletido num misto de frustrações, indignação e até revolta. Formaram coro para xingar o secretário. Lançaram slogans de críticas ao governo Colombo. Abandonaram as faixas e saíram em silêncio, num clima lúgubre. Mas, em paz, saíram anunciando mais greve.

Os que ali permaneceram faziam relatos dramáticos. Um professor da Escola Wanderley Júnior, com 23 turmas, 30 alunos por turma, 18 anos de atividade, ganha cerca de R\$ 2 mil. Chegou outro, melhor qualificado, que leciona português e inglês, duas disciplinas vitais na formação dos jovens. Tem regime de 60 horas por semana. Isso mesmo: 12 horas de trabalho por dia. Começa às 7h30min e só volta para casa depois das 22h. Tem 26 turmas e 700 alunos. Descanso semanal, nem pensar. Aproveita sábados e domingos para corrigir provas. Pior: vai almoçar em casa todos os dias porque o auxílio-alimentação dos professores catarinenses é uma indecência: R\$ 6 por dia. Ou R\$ 132 por mês, contra mais de R\$ 800 dos servidores dos outros poderes.

GESTÃO?

O que os professores vêm relatando, em depoimentos nas assembleias, nos comentários no blog do clicrbs, no Twitter, é de arrepiar. Não só pela condição a que estão submetidos por uma carga horária desumana sem remuneração compatível. Também pelas condições de trabalho. Há escolas em que falta material escolar, outras carecem de instalações e um terceiro grupo onde a gestão é zero. Sem falar na convivência. Afilhados políticos, muitos diretores estão mais ligados aos padrinhos do que comprometidos com o ensino. O mesmo vale para as gerências educacionais, igualmente partidarizadas.

A proposta do governo para acabar a greve nem foi considerada. Por dois motivos: 1. Não aplica o piso a todos na carreira; 2. Achata os salários, provocando desestímulo na formação. Professor com doutorado ganhará pouco mais do que um colega com licenciatura. Que incentivo terá para procurar aprimoramento? E, ainda, que a vocação imponha a educação permanente, com que condição financeira? O governo agiu politicamente. Ofereceu condições de diálogo com os dirigentes do Sinte, mas não negociou nada. Criou um clima de acordo, mas a medida provisória sobre o pagamento do piso já estava pronta na sexta-feira. Foi apenas “comunicada” ao Sinte.

Tem-se um jogo com riscos em ambos os lados. O governo diz que chegou no limite de sua capacidade financeira e aposta que o pagamento do piso vai rachar o movimento e levar a metade do magistério de volta às salas de aula. O Sinte avalia o oposto, esperançoso de manter a unidade da categoria, a solidariedade dos que estão iniciando e o valor da carreira como incentivo funcional e salarial para todo o magistério.

Perdeu-se uma chance de avanço coletivo: dos justos salários a todo o magistério, da negociação política, de mais qualidade na educação e de mais valorização da cidadania. Por tudo isso, o resultado foi frustrante.



CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 24/05/11
Assunto: Convicto		Página: 02

Convicto

Para o secretário da Educação Marco Tebaldi o governo está sim atendendo a lei do piso quando dá reajuste de 94% para aqueles que ganham pouco. Ou seja, afirma que 35 mil professores passarão a receber R\$ 1.683,75, o que causará um impacto de R\$ 14 milhões na folha. Para os demais sugere novas negociações, mas desde que voltem às aulas.

CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 24/05/11
Assunto: Os dois lados		Página: 02

Os dois lados

Enquanto lideranças do Sinte reclamam tratar-se de uma proposta que desvaloriza a carreira do magistério e de ser uma afronta aos professores, o governo, por meio do secretário da Educação Marco Tebaldi, reconhece as dificuldades, principalmente, financeiras que impossibilitam a aplicação do piso do magistério. Impasse formado. Os professores vão tentar derrubar a MP na Assembleia. Ou seja, a guerra avançou no Parlamento e a greve continua.

CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 24/05/11
Assunto: Detalhe		Página: 02

Detalhe

Durante a rodada de negociações, ontem, entre o Sinte e o governo do Estado a professora Joaquina, que integra o comando de greve, indagou qual o posicionamento do secretário da Educação, Marco Tebaldi. Isso porque o secretário adjunto, Eduardo Deschamps, com sua experiência com o magistério, liderava as conversas e fazia os contrapontos. Tebaldi ouvia.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Leitor	Data: 24/05/11
Assunto: Educadores		Página: 22

Educadores

A Secretaria de Educação alerta as unidades escolares que a data referência para a declaração do Censo Escolar é 25 de maio. As Escolas deverão declarar os dados de caracterização dos estabelecimentos de ensino, etapas (ano ou série), turmas, alunos e professores. Mais informações e declarações no endereço eletrônico: educacenso.inep.gov.br.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Ponto Final	Data: 24/05/11
Assunto: Tudo igual		Página: 23

Tudo igual

O secretário estadual da Educação, Marco Tebaldi, utilizou amplamente seu twitter (@mtebaldi) ontem para explicar as medidas anunciadas pelo governo para contemplar as reivindicações dos professores. "Se fosse possível concederíamos mais. Para faixas que ganham mais podemos criar juntos uma nova situação, desde que sejam retomadas as aulas", avisou.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Opinião	Data: 24/05/11
Assunto: Bom momento para o diálogo		Página: 06

Bom momento para o diálogo

A queda de braço entre o governo e os professores da rede estadual de ensino pode tanto ser solucionada hoje quanto se estender por tempo indeterminado. Cumprindo o que determinou o STF (Supremo Tribunal Federal), o Estado elevou o piso salarial da categoria para R\$ 1.187, quase o dobro do patamar anterior, que era de R\$ 609. Esse aumento implica que nenhum professor receberá menos de R\$ 1.684, aí incluídos o Prêmio Educar e a regência de classe. Foi uma sinalização importante, na medida em que se respeita um direito consagrado em lei e a disposição de não criar um impasse de ordem institucional com o próprio tribunal.

O problema que pode impedir o fim da greve dos professores, deflagrada na semana passada, é que estes se mostram inclinados a não aceitar a proposta, que foi apresentada na forma de medida provisória e beneficia apenas uma parte da categoria. Pior que isso, argumentam, são as distorções que a medida acarreta, porque aproxima o vencimento de profissionais com formação média daqueles que fizeram pós-graduação, investiram na carreira e, em tese, estão melhor preparados para dar conta de suas atribuições.

O impasse sugere que o governo procura ganhar tempo, assegurando o pagamento do piso nacional já na folha de maio, enquanto tenta negociar um possível reajuste para as faixas mais elevadas de remuneração. O momento, delicado, deveria ser dominado pelo diálogo, para que não se prejudiquem os alunos e o ano letivo. A par disso, conviria buscar uma reposição para todos os professores, porque o propósito da lei é justamente reconhecer aqueles que estão formando as novas gerações de brasileiros.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Você, Leitor	Data: 24/05/11
Assunto: Momentos difíceis		Página: 28

Momentos difíceis

CLEIDE MACHADO DOS REIS, professora há 22 anos e diretora escolar há dois anos – E. M. Pastor Hans Müller, em Joinville

Não faz muito tempo que nós, professores, não tínhamos o direito de trabalhar na mesma escola o dia todo e nem perto da nossa casa. Não tínhamos o direito a hora-atividade, substituíamos os professores das aulas de arte, educação física e inglês e não ganhávamos nada por isso. Os professores das séries finais não tinham momentos para receber pais, planejar aulas, fazer suas correções. Enfim, a vida do professor era ainda mais difícil. Sempre recebíamos a reposição da inflação dividida em três ou mais parcelas e o ganho real era algo de que nunca tínhamos notícia.

Hoje, as coisas mudaram. Várias conquistas foram alcançadas, o governo que aí está não fez nada de excepcional, proporcionou aos professores algumas reivindicações antigas. Muitos até dizem: "Não fizeram mais do que a obrigação", e eu concordo com isso. Porém, este governo teve uma coisa que os outros não tiveram: coragem! Além de colocar em prática várias situações que beneficiaram o professor e as famílias, está aos poucos tentando recuperar as perdas, como ago-

ra a incorporação do abono, que já dá um aumento significativo em nossos rendimentos e era uma reivindicação antiga.

Não sou contra a greve, aliás, em outros tempos, sempre fui uma que quis que meus colegas de trabalho se manifestassem e fossem brigar pelos seus direitos. Mas era incrível a reação deles! Recebiam as orientações da Secretaria da Educação e não apresentavam nenhuma reação contrária. Hoje, me pergunto: o que acontecia comigo e com os meus colegas para que fôssemos tão obedientes e passivos?

Claro, hoje quem está no governo é o Partido dos Trabalhadores, e então parece que acendeu a chama da conquista a qualquer preço, da falta de reconhecimento por tudo que já foi feito. E por tudo que ainda será conquistado. O diálogo, que antes não era permitido, hoje não está nem em pauta. O radicalismo e as decisões precipitadas estão tomando conta de todos.

Questiono-me se a sociedade está pronta para viver realmente a "democracia". Parece que há uma visão deturpada da palavra e tudo está virando um jogo de interesses pessoais. Sempre tive a certeza de que a mudança causa instabilidade, gera conflito, dúvida, mexe com aquilo no qual acreditamos, mas ela é necessária mesmo que para isso tenhamos que passar por momentos difíceis.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 24/5/11
Assunto: Enem recebe as inscrições		Página: 27

EDUCAÇÃO

Enem recebe as inscrições

Nas seis primeiras horas de inscrição, cerca de 300 mil estudantes se candidataram para participar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011. O processo começou às 10h de ontem e segue até 10 de junho, exclusivamente pela internet. As provas serão aplicadas aos estudantes nos dias 22 e 23 de outubro. A previsão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) é de que o número de inscritos chegue a 6 milhões. O valor da taxa é de R\$ 35. Alunos que estão concluindo o ensino médio em escolas públicas não pagam.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do leitor	Data: 24/5/11
Assunto: Piso do magistério		Página: 36

Piso do magistério

Este Estado é uma piada. Governador e secretário da Educação não estão querendo cumprir uma resolução federal sobre o piso nacional do magistério, alegando que não têm verba. Realmente é uma piada. É culpa do governo que os professores estão na rua reivindicando. Vamos lá, professores, aguentem firmes. Estamos com vocês.

Professora Suzan Pereira
Por e-mail



A fala da professora Amanda Gurgel, em audiência pública na Assembleia do Estado do Rio Grande do Norte, poderia ser dita em qualquer Câmara ou Assembleia do nosso país. É uma realidade que, acredito, seja de todos nós, professores, e um desabafo contra o descaso na área da educação de vários governos municipais, estaduais e do próprio governo federal, que pregam sempre o mesmo discurso antes das eleições. A professora foi muito feliz também quando compara e pergunta aos deputados se conseguiriam manter o padrão de vida com os salários que ganham. Claro que a resposta foi negativa por parte deles. Várias outras questões relatadas pela professora Amanda condizem com a realidade que vivemos dentro da educação. Parabéns pela sua atitude. Precisamos de mais guerreiros.

Marcelo Roberto Vieira Braga
Por e-mail



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 24/5/11
Assunto: Recursos de R\$576,8 milhões são repassados a secretarias		Página: online

Recursos de R\$ 576 milhões são repassados a secretarias

As secretarias de educação dos estados, Distrito Federal e Municípios já podem dispor da quinta parcela do salário-educação. O repasse, feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), chegou a R\$ 576,8 milhões.

Os recursos do salário-educação destinam-se ao financiamento de programas da educação básica pública. Distribuídas com base no número de alunos do ensino básico, as cotas estaduais e municipais são liberadas mensalmente para as secretarias de educação. Há ainda a cota federal, destinada ao FNDE e aplicada também no ensino básico, para a redução dos desníveis socioeducacionais de municípios e estados.

Somadas, as transferências deste ano totalizam R\$ 3,3 bilhões, aproximadamente, conforme a tabela.

O valor específico destinado a cada estado e município pode ser consultado na página eletrônica do FNDE.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 24/05/11
Assunto: Em seis horas, Enem recebe 300 mil inscrições		Página: Online

Em seis horas, Enem recebe 300 mil inscrições

Previsão do Inep é chegar a 6 milhões de inscritos; sistema fica aberto até 10 de junho

Nas seis primeiras horas de inscrição, cerca de 300 mil estudantes se candidataram para participar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011. O processo começou às 10h desta segunda-feira, 23, e segue até 10 de junho, exclusivamente pela internet, neste site.

As provas serão aplicadas nos dias 22 e 23 de outubro. A previsão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) é que o número de inscritos chegue a 6 milhões. O valor da taxa é de R\$ 35. Estudantes que estão concluindo o ensino médio em escolas públicas não pagam.

Em 2009, o MEC deu início a um projeto de substituição dos vestibulares tradicionais pelo Enem como forma de ingresso na universidade. A partir do resultado da prova, os alunos se inscrevem no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e podem pleitear vagas em instituições públicas de ensino superior de todo o país. No ano passado, foram oferecidas 83 mil vagas em 83 instituições, sendo 39 universidades federais.

A participação no Enem também é pré-requisito para os estudantes interessados em uma bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni). Os benefícios são distribuídos a partir do desempenho do candidato no exame e podem ser integrais ou parciais, dependendo da renda da família. Para participar do programa é necessário ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou em colégio privado com bolsa integral.



CLIPPING

Veiculo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 24/5/11
Assunto: Enem inscreve até 10 de junho e provas serão nos dias 22 e 23 de outubro		Página: online

Enem inscreve até 10 de junho e provas serão nos dias 22 e 23 de outubro

Estão abertas até o dia 10 de junho, as inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011, que terá provas nos dias 22 e 23 de outubro. As inscrições devem ser feitas pela internet.

A taxa de inscrição, de R\$ 35 deve ser paga até 13 de junho, no Banco do Brasil. Estão isentos os estudantes matriculados e cursando o último ano do ensino médio (concluintes) em instituições públicas de ensino. Também pode pedir a isenção o estudante integrante de família de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade financeira, conforme o Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pela realização do Enem, adverte sobre a importância de o estudante, ao fazer a inscrição, prestar informações verdadeiras e exatas, para não correr o risco tê-la cancelada. Ao ter acesso à página de inscrição no Enem, o estudante deve informar os números do cadastro de pessoa física (CPF) e do documento de identidade (RG). Após informar esses dados, verá uma tela com dados pessoais — nome completo, nome da mãe e sexo —, resgatados diretamente do banco de dados da Receita Federal. Se houver informação incorreta, o candidato deve pedir a correção à Receita. Após confirmar os dados, é necessário preencher outras informações pessoais, como cor e raça e endereço, todas obrigatórias. Dados como telefone e e-mail são opcionais, mas serão necessários em caso de perda da senha de acompanhamento. Todos os dados informados devem ser do candidato, mesmo que seja menor de idade.

Especial — Na mesma página eletrônica, o estudante deve dizer se há ou não necessidade de atendimento especial. Se precisar desse atendimento, tem de indicar a deficiência ou a condição em que se encontra. É fundamental, ainda, informar se professa religião que guarda os sábados ou se estuda em classe hospitalar.



No campo seguinte da página, cabe indicar a opção de língua estrangeira (inglês ou espanhol) e escolher o estado e o município em que pretende fazer a prova. Após a escolha, aparecerá a opção de senha, que será usada para o acompanhamento da inscrição, obtenção dos resultados e inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISu) e no Programa Universidade para Todos (ProUni). Após esse processo, o candidato confirmará se a língua estrangeira e a cidade estão corretas.

Na próxima etapa, o candidato precisa informar a situação escolar. Se já tiver concluído o ensino médio, indicará em que ano e a modalidade de ensino (regular, educação de jovens e adultos ou educação especial). Se estiver cursando o último ano, informará se a escola em que estuda é pública ou particular, a série e a modalidade de ensino.

Certificação — Se o candidato estiver fazendo prova para obter a certificação de conclusão no ensino médio, precisa dizer se já cursou a educação de jovens e adultos e em qual estado e instituição pretende se certificar — para obter certificação pelo Enem, o candidato deve ter, no mínimo, 18 anos completos. A mesma opção aparecerá para os candidatos que ainda estão estudando, mas concluirão os estudos após 2011, e para aqueles que não estão estudando nem cursando o ensino médio.

Questionário — O questionário socioeconômico, desde o ano passado, tem de ser respondido no momento da inscrição, após o candidato concluir as etapas anteriores. Assim que terminar de responder o questionário socioeconômico, o estudante deve conferir as informações prestadas. Caso haja correções, terá de concluir o processo e voltar à página inicial.

Para confirmar a inscrição, o candidato fará opções entre gerar boleto ou declarar carência. No primeiro caso, é necessário imprimir o documento e pagar a taxa em qualquer agência do Banco do Brasil, dentro do prazo de vencimento — até 13 de junho. O comprovante de inscrição estará acessível no sistema eletrônico do Enem até três dias úteis após o pagamento do boleto. Já o cartão de confirmação será enviado ao endereço informado pelo candidato no momento da inscrição — o número de acompanhamento estará acessível no sistema.



CPF — Os candidatos de qualquer idade que ainda não têm o CPF devem fazer logo o pedido em agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal ou nos Correios. A taxa é de R\$ 5,70. Quem estiver fora do país pode apresentar o pedido nas representações diplomáticas, sem custos. Os pedidos de órgãos da administração pública, em razão da incapacidade do comparecimento da pessoa física, caso dos órgãos carcerários, devem ser feitos diretamente na Receita Federal. Após o pedido e o pagamento, o número do CPF estará disponível para consulta em até 48 horas, na página da Receita Federal.

Mais informações sobre as provas do Enem, passo a passo, na página do Inep.



CLIPPING

Veiculo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 24/5/11
Assunto: Proposta do governo não será apresentada à categoria, diz Sinte		Página: online

Proposta do governo não será apresentada à categoria, diz Sinte

Para professores em greve o governo encerrou diálogo com a categoria

Os professores da rede estadual de ensino reiteraram a indignação com o **anúncio do governo feito na reunião de negociação na manhã desta segunda-feira**, em Florianópolis. À tarde, em uma coletiva, representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) comunicaram que a greve vai continuar por tempo indeterminado e a proposta não será apresentada à categoria para votação.

A classe considera, ainda, que o governo encerrou o diálogo com os trabalhadores ao dizer que só voltará a conversar se a paralisação for interrompida.

O governo diz que vai pagar o piso nacional do magistério, de R\$ 1.187, para os professores que ainda não recebiam o valor no salário base, sem somar os abonos. **O Sinte rejeitou a proposta considerando que ela não acompanha a progressão na carreira** (do ensino médio à pós-graduação).

A proposta foi encaminhada nesta segunda-feira à Assembleia Legislativa como forma de medida provisória (MP). A partir de agora, os trabalhadores da educação vão buscar apoio dos deputados para que a MP assinada pelo governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, não vire Lei.

Em nota, o governo anunciou que embora a nova lei estabeleça um piso de R\$ 1.187, em Santa Catarina nenhum professor em sala de aula da rede estadual ganhará menos que R\$ 1.683 por mês e que o aumento será pago já no em maio.

Para o Sinte, o anúncio é uma afronta aos professores e por isso não será apresentado à categoria para ser votado. Segundo a coordenadora estadual do sindicato, Alvete Bedin, a proposta desvaloriza os professores, acaba com a carreira do magistério catarinense e desrespeita a categoria.

Nesta terça-feira devem haver assembleias regionais para debater os próximos passos da greve.

Nesta segunda-feira a greve chegou ao sexto dia.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação, mais da metade (52,74%) dos 39 mil professores aderiram ao movimento. Já o Sinte divulgou que 95% dos docentes pararam.

Clipping

CNTE

"Educação irá reavaliar kit gay"

▷ Data: 24/05/2011
▷ Veículo: BRASILWIK
▷ Editoria:
▷ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Publicado em 23/05/2011 pelo(a) Wiki Repórter
santanacarlosalberto.santana@gmail.com, Sao Paulo - SP

Após pressão da bancada evangélica, Ministério da Educação irá reavaliar kit gay

Após polêmica sobre o chamado kit anti-homofobia, o ministro Fernando Haddad (Educação) não descartou que o material possa sofrer alterações. Haddad disse ainda que parte do material recebido pela bancada evangélica da Câmara e divulgado como parte do kit "não saiu do MEC". Se aprovado pelo ministério, o Kit (três vídeos sobre transexualidade, bissexualidade e [...])

Após polêmica sobre o chamado kit anti-homofobia, o ministro Fernando Haddad (Educação) não descartou que o material possa sofrer alterações. Haddad disse ainda que parte do material recebido pela bancada evangélica da Câmara e divulgado como parte do kit "não saiu do MEC".

Se aprovado pelo ministério, o Kit (três vídeos sobre transexualidade, bissexualidade e meninas lésbicas) poderá ser repassado para estudantes do ensino médio das escolas públicas.

Segundo o ministro, o kit foi entregue ontem a pasta e será avaliado pela comissão de publicação do órgão, que vai ouvir secretários estaduais e municipais sobre o conteúdo. Também serão chamados para discutir o kit deputados da bancada evangélica, católica e da frente parlamentar de defesa da família.

O ministro foi chamado hoje às pressas para explicar o kit para as bancadas religiosas da Câmara que haviam anunciado ontem que "não votariam" nenhuma matéria caso o material não fosse recolhido. Parlamentares da bancada evangélica sustentam que o material já está sendo divulgado.

Haddad disse que o MEC não distribuiu o material, mas não quis apontar o vazamento. Deputados que participaram da reunião disseram que no encontro o ministro atribuiu a divulgação do Kit, que não estaria pronto, à empresa responsável pela produção.

O ministro disse à Folha que o material que não seria do MEC contém cenas de sexo explícito. Na reunião, deputados mostraram uma cartilha que tem o símbolo do MEC que fala, por exemplo, de masturbação e ainda uma cartilha com

símbolo do Ministério da Saúde com ilustrações com cenas de sexo entre dois homens.

"Eu recebi ontem o material. [...] Vai para comissão que vai ouvir os secretários estaduais e municipais e os parlamentares que pediram para participar e participarão. O material que vi circulando aqui [Congresso] não é do ministério. Vários dos materiais que foram distribuídos aqui, que circularam aqui não são do Ministério da Educação".

O ministro afirmou que a produção do kit foi contratada a uma ONG há três anos e só será oficial após a aprovação do ministério. "O problema do vídeo que está no youtube é que esse material está sendo produzido há mais de um ano. Teve muitas idas e vindas. O MEC recomenda alterações, modificações, e o material acaba sendo refeito a partir da perspectiva do ministério da educação. Ele só se torna oficial quando é aprovado pela comissão de publicação".

O vice-presidente da bancada evangélica, deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), afirmou que o kit pode levar meninos e meninas a se tornarem homossexuais. "Dinheiro público deve ser empregado para combater a homofobia e não para estimular opção sexual".

Clipping

CNTE

FNDE repassa verba do Salário-Educação

- Data: 24/05/2011
- Veículo: CORREIO DO POVO - RS
- Editoria: ENSINO
- Assunto principal: FNDE
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

As secretarias estaduais e municipais de Educação do país já dispõem da 5 parcela do Salário-Educação. O repasse, feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), chegou a R\$ 576,8 milhões e deve ser aplicado no financiamento de programas da Educação Básica pública. Distribuídas com base no número de alunos, as cotas estaduais e municipais são liberadas, mensalmente, para as secretarias de Educação. Mais dados constam no site www.fnde.gov.br.